

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

WALDIRENE JUDIT DOS SANTOS

**COMPORTAMENTO DE TOMADA DE CRÉDITO RURAL DE PRODUTORES
RURIS NO CENÁRIO DE COVID-19: ESTUDO DE CASO EM UMA AGÊNCIA
BANCÁRIA DE MINAS GERAIS**

MARIANA

2021

WALDIRENE JUDIT DOS SANTOS

**COMPORTAMENTO DE TOMADA DE CRÉDITO RURAL DE PRODUTORES
RURais NO CENÁRIO DE COVID-19: ESTUDO DE CASO EM UMA AGÊNCIA
BANCÁRIA DE MINAS GERAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do diploma de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Israel José dos Santos Felipe

MARIANA

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237c Santos, Waldirene Judit Dos .
Comportamento de tomada de crédito rural de produtores rurais no cenário de covid-19 estudo de caso em uma agência bancária de Minas Gerais. [manuscrito] / Waldirene Judit Dos Santos. - 2021.
27 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Israel José dos Santos Felipe.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Administração .

1. Crédito. 2. Finanças públicas - Minas Gerais. 3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil). 4. Saúde pública - Minas Gerais. I. Felipe, Israel José dos Santos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 336.7(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário ICSA/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Waldirene Judit dos Santos

Comportamento de tomada de crédito rural de produtores rurais no cenário de covid-19: estudo de caso em uma agência bancária de Minas Gerais

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração.

Aprovada em 28 de abril de 2021

Membros da banca

Prof. Dr. Israel José dos Santos Felipe - Orientador (UFOP)
Prof. Dr. Harrison Bachion Ceribeli - membro (UFOP)
Prof. Me. Gustavo Nunes Maciel - membro (UFLA)

Prof. Dr. Israel José dos Santos Felipe, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/05/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Jose dos Santos Felipe, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/05/2021, às 08:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0168399** e o código CRC **0421A38F**.

RESUMO

A atual pandemia de Covid-19 vem alterando comportamentos em todo mundo e gerando uma grave crise econômica. Diante disso, existe uma lacuna literária, devido ser um assunto recente, sobre a decisão pela tomada de crédito rural por produtores pertencentes ao PRONAF. Com isso, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da atual crise na decisão pela tomada de crédito, subsidiado pelo governo, pelos sujeitos destacados. Para isso, foi feito um estudo de caso, coletando dados referentes ao tema em uma instituição bancária de Minas Gerais. Tais informações recolhidas em uma amostra de 90 produtores foram analisadas de forma estatística e comparativa, entre períodos antes da pandemia e nos dias atuais. Na pesquisa, foram apresentados conceitos teóricos referentes ao tema como crises econômicas. Também foram avaliados os dados referentes ao perfil dos pequenos agricultores familiares participantes do PRONAF, os quais buscaram crédito financeiro durante a pandemia. Por fim, foi identificado se esses produtores usaram suas reservas ou aumentaram seus investimentos nesse período de crise. Observou-se que a média de valores poupados pelos sujeitos pesquisados foi reduzida, enquanto a solicitação pelo crédito rural aumentou. Dessa forma, pode-se concluir que a pandemia impactou quanto à decisão sobre a tomada de crédito, visto que diante da situação de crise atual, muitos produtores precisaram recorrer ao PRONAF para custear suas atividades rurais. Esse estudo auxiliou na verificação do perfil de clientes diante da pandemia.

Palavras-chave: Crédito rural. Comportamento Financeiro. Crise sanitária. PRONAF.

ABSTRACT

The current Covid-19 pandemic has been changing behavior around the world and generating a serious economic crisis. Given this, there is a literary gap, due to being a recent issue, about the decision to take rural credit by producers belonging to PRONAF. With this, the present research aimed to analyze the impact of the current crisis on the credit decision, subsidized by the government, by the highlighted subjects. For this, a case study was carried out, collecting data related to the theme in a banking institution in Minas Gerais. Such information collected in a sample of 90 were producers analyzed in a statistical and comparative way, between periods before the pandemic and nowadays. In the research, they were called theoretical concepts, referring to the theme as crises of protection. Data on the profile of small family farmers participating in PRONAF were also obtained, who sought financial credit during the pandemic. Finally, it was identified whether these producers used their reserves or increased their investments in this period of crisis. It was observed that the average amount saved by the surveyed subjects was reduced, while the request for rural credit increased. Thus, it can be demanded that the pandemic had an impact on the decision to take credit, given that in the face of the current crisis situation, many producers had to resort to PRONAF to fund their rural activities. This study helped to verify the profile of clients in the face of the pandemic.

Keywords: Rural credit. Financial Behavior. Health crisis. PRONAF.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Crises econômicas: conceito; comportamento financeiro e intervenção estatal.....	10
2.2 Crédito rural: análise sobre o PRONAF.....	12
2.3 Possíveis influências no ato de poupar.....	14
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	15
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	20
APÊNDICE.....	24

1 INTRODUÇÃO

O Covid-19 e suas variantes vêm se propagando no mundo de forma acelerada e como medidas de prevenção para essa doença, foram criadas, segundo Dweck *et al.* (2020) políticas de isolamento social e fechamento de setores considerados não essenciais causando impacto nos sistemas de produção e prestação de serviço no Brasil, gerando uma crise econômica.

Mundialmente essa crise sanitária também trouxe impactos financeiros ainda não calculados. A economia mundial e brasileira está sendo fortemente atingida, principalmente pelas políticas de isolamento social que provocou o aumento do consumo nos lares, trazendo uma alta nos custos das famílias. Entre o público atingido economicamente, destaca-se os produtores rurais sendo que Kreter e Souza Júnior (2020) evidenciaram diversos setores da economia agrícola que tiveram quedas, como os produtores de grãos (milho, soja, etc.). Assim como os grandes produtores, também houve impactos no nicho de produtividade rural advinda dos pequenos agricultores familiares.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2019), a agricultura familiar tem por principais características o compartilhamento da gestão da propriedade pela família e a produção de subsistência aliada à produção voltada para o mercado e destaca-se pela produção de grãos, pecuária leiteira, gados de corte, ovinos, caprinos, suínos e aves.

Em 2017 o apontamento do censo agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), mostrou que os agricultores familiares possuem uma grande parcela no total de produção alimentícia consumida pela população brasileira. Esses pequenos produtores representam próximo de 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários e são responsáveis por várias movimentações financeiras, que ajudam no crescimento da economia brasileira. Com tamanha importância no mercado brasileiro, a agricultura familiar necessita muitas das vezes de crédito para financiamento e manutenção de suas atividades produtivas.

No âmbito federal há intervenção, regulamentações, elaboração de políticas públicas e outras estratégias orçamentárias para disponibilização de subsídios que atendam tais produtores. Entre essas estratégias, Azevedo e Pessôa (2011), destacam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que contém linhas que funcionam como instrumento de planejamentos, fortalecimento, desenvolvimento e continuidade das atividades desenvolvidas.

Considerando o cenário pandêmico atual, a questão de pesquisa apresentada nesse trabalho foi: Diante da crise econômica proveniente do Covid-19, os pequenos agricultores familiares alteraram seus comportamentos financeiros em relação ao uso de possíveis valores poupados e tomada de crédito através do PRONAF em uma agência bancária de Minas Gerais?

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar se, diante da atual crise econômica proveniente do Covid-19, os pequenos agricultores familiares alteraram seus comportamentos financeiros em relação ao uso de possíveis valores poupados e tomada de crédito através do PRONAF em uma agência bancária de Minas Gerais.

Justifica-se a escolha do tema proposto diante de sua importância social, sendo relevante para trazer informações a respeito dos sujeitos pesquisados, importantes para a economia brasileira. Segundo o resultado do censo agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos rurais investigados, sendo que o número de itens pesquisados passa de cinco milhões de propriedades, se referem a domínios rurais familiares.

Analisando a importância financeira, a produção rural familiar apresenta um grau de importância elevada na economia brasileira, o que se constata com a existência do PRONAF, já mencionado. Essas políticas de crédito rural existentes no PRONAF são necessárias para promoção do setor em situação normal da economia, porém tem maior destaque em períodos de crises (CABO; REBELO, 2011). Apesar da existência de crises financeiras sistêmicas, como a ocorrida em 2008, a crise atual tem a particularidade de ter sido decorrente uma pandemia em nível global (MATTEI, 2020).

No momento do presente trabalho, a pandemia ainda está em curso e a partir da verificação de um pequeno nicho de clientes (produtores rurais familiares) e de sua relação de tomada de decisão de crédito rural no cenário de crise econômica, poderá ser traçado um novo perfil de clientes dentro dessa agência bancária de Minas Gerais (MG).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Crises econômicas: conceito; comportamento financeiro e intervenção estatal

De acordo com Domingues (2020), o termo “crise” origina-se da palavra “*krisis*”, que significa situação que requer tomada de decisão, mudanças de rumo e perdas. No que se refere à economia, crise é definida por Reis (2019), como uma retração da atividade econômica medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma dos produtos e serviços finais. Dessa forma, quando ocorre a retração do PIB em determinado período em relação ao outro, isso significa que a economia produziu menos riqueza.

No contexto dessa retração, verifica-se, segundo Carvalho (2018), a diminuição do consumo e, conseqüentemente a redução da taxa de lucro das organizações empresariais, causando a demissão de funcionários e aumentando as taxas de desemprego. Diante desse aumento, a renda diminui, fazendo com que também diminua o consumo das famílias. Ainda conforme Carvalho (2018), no tocante à intensidade e duração, as crises econômicas são classificadas em: recessão e depressão. A recessão é uma crise curta que apresenta queda no PIB por dois semestres consecutivos. Por sua vez, a depressão constitui uma crise duradoura, em que se observa uma queda drástica no PIB por um período de três ou quatro anos de duração.

Lyra e Costa (2009) afirmam que todas as correntes do pensamento econômico reconhecem que as economias capitalistas alternam períodos de crescimento, prosperidade e de crise. Contudo, em relação às causas da crise, existem variados explicadores. Nesse sentido, Reis (2019) destaca que as causas das crises são muito complexas, envolvendo diversas variáveis e políticas econômicas distintas. Assim, é difícil explicar a causa exata de uma determinada crise. Entre alguns fatores responsáveis pelo surgimento de uma crise econômica, Domingues (2020) aponta as guerras, a concentração excessiva de riquezas e as pandemias. Considerando que o tema deste artigo tem por contextualização a pandemia de Covid-19, torna-se necessária uma abordagem, ainda que breve, da crise decorrente dessa pandemia.

Tendo como ponto de partida a cidade chinesa de Wuhan, o Covid-19 espalhou-se pelo mundo, chegando ao Brasil em janeiro de 2020, constituindo-se, de acordo com Lemos e Alencar (2020), como uma crise na saúde pública que afetou a economia mundial, devido às medidas de prevenção do vírus. A principal medida foi o auto isolamento de trabalhadores e consumidores, fechamento de fábricas e comércios e a proibição de atividades esportivas e recreativas.

Analisando a crise em questão de modo mais detalhado, Silva e Silva (2020) ressaltam que, as restrições de circulação de pessoas e de isolamento social estabelecidas pelos estados e municípios, com a finalidade de conter o avanço do vírus, causaram impactos diretos no emprego e renda da população. Os primeiros seriamente atingidos pela crise foram os trabalhadores informais. Os trabalhadores formais conseguiram manter seus empregos, pois, assim as empresas não precisariam arcar com os custos de demissão e de contratação. As micro e pequenas empresas, assim como os setores de transporte, alimentação fora de casa e turismo foram os mais afetados. E, no que se relaciona à conjuntura econômica, no fim do primeiro semestre de 2020, a projeção do PIB era negativa, em torno de 8%, por causa da queda na produção industrial, nas vendas do comércio e da quantidade de serviços prestados.

Mas, independentemente da causa, a crise econômica traz consequências financeiras para a população. Nessa perspectiva, tal crise influencia no comportamento financeiro das pessoas. Ao pesquisar sobre a crise de 2008/2009, O'Neill e Xial (2012) identificaram que as formas de poupar e gastar foram modificadas quando são comparados os momentos antes e depois da crise. Lusardi (2012) conclui que em períodos de crises as pessoas tendem a gastar as poupanças que acumularam anteriormente. Hoffmann *et al.* (2013 *apud* FELIPE *et al.*, 2017, p. 86):

[...] encontraram resultados que sugerem que a percepção de risco não é uniforme entre os investidores durante crises. Isto é, tolerância e percepção de risco apresentam-se menos voláteis do que expectativas de retorno. Em adição, durante os momentos mais agudos da crise, tanto a tolerância ao risco quanto as expectativas de retorno decrescem, enquanto a percepção de risco aumenta. Ao final das crises, por sua vez, a percepção de risco dos investidores tenderia a retornar ao seu estado original.

Desse modo, pode-se perceber que a percepção do risco pode ser alterada de indivíduo para indivíduo (FELIPE *et al.*, 2017). Dentro dessa questão, Stefani (2021) mencionou que perante a atual crise alguns investidores optaram por ações conservadoras como a retirada de valores da renda variável para a poupança, já outros se comportaram com um perfil mais voltado para o risco, acreditando na recuperação econômica mesmo em um cenário de quedas consecutivas na bolsa de valores.

Já em relação à intervenção estatal, Mendes *et al.* (2015) afirmam que, com base no pensamento do economista inglês John Maynard Keynes, em épocas de crise, tal intervenção pode gerar demanda, por meio de investimentos, com o intuito de assegurar níveis elevados de emprego. De acordo com Montañó e Durighetto (2011), na perspectiva da teoria keynesiana, a

“mão invisível do mercado”, de Adam Smith e o *laissez-faire* (deixar fazer) são substituídas pela intervenção do Estado, incentivando o capitalista a investir na produção, tendo em vista a geração de emprego e renda, ao invés de poupar, isto é, de guardar seu dinheiro improdutivamente. Essa intervenção: “[...] contrariava os dogmas do pensamento liberal [...] para o qual o papel do Estado, formalmente, deveria ser mínimo [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p.207)

Sob a teoria keynesiana, o Estado constitui, segundo Montañó e Durighetto (2011), um instrumento a serviço da economia, do equilíbrio entre oferta e demanda e da superação da crise econômica. Nesse compasso, a intervenção estatal seria orientada pelas seguintes atividades: a) aumento do gasto estatal com salário, serviços sociais e políticas públicas para compensar o *déficit* do investimento privado em tempos de crise; b) emissão de maior quantidade de dinheiro no mercado, pois, com mais dinheiro em circulação, maior renda e, conseqüentemente, maior produção e maior consumo; c) aumento da tributação para reequilibrar as finanças públicas; d) diminuição da taxa de juros para estimular o investimento do setor privado na atividade produtiva e comercial; e) busca do pleno emprego, com o objetivo de aumentar a produção e o consumo.

Tendo o Estado como meio controlador de danos no sistema, ou seja, agindo como um regulador, essa proposta concluía que o Estado deveria ter políticas de apoio ao mercado, como políticas de redução de taxas e estímulo de demanda diante, por exemplo, de uma crise econômica (LEMOS; ALENCAR, 2020). O PRONAF seria uma dessas políticas de apoio, sendo ela apresentada no próximo tópico.

2.2 Crédito rural: análise sobre o PRONAF

Araújo, Vieira Filho e Alencar (2020) destacam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, entre as políticas de crédito destinadas à produção de menor escala. O PRONAF financia projetos tanto individuais, quanto coletivos voltados à geração de renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Também busca melhorar a utilização da mão de obra familiar, mediante o financiamento de atividades de serviços rurais agropecuários e não agropecuários realizados no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Para Araújo, Vieira Filho e Alencar (2020), a finalidade do PRONAF não é somente possibilitar aos pequenos produtores acesso à realização de investimento, mas também diminuir a pobreza e as desigualdades sociais entre os agricultores familiares brasileiros.

O PRONAF é um exemplo de ação governamental, citada por Breitenbach (2021) como uma estratégia de enfrentamento de crises como a atual devido ao Covid-19. Ainda destacando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Mundo Neto; Souza Filho (2005, p. 96), afirmaram sobre tal programa:

Com a criação do PRONAF, um grande número de agricultores que estiveram excluídos das políticas agrícolas anteriores passou a ter possibilidades inéditas em termos de oferta de crédito. O baixo nível de capitalização desses agricultores, a necessidade de capital de giro relativamente alto e a incerteza envolvida na produção agrícola direcionaram as prioridades dos programas especiais para a ampliação do número de agricultores familiares com acesso ao crédito.

Em relação à efetivação do crédito, as linhas de crédito existentes no PRONAF são limitadas a apenas uma pequena parcela do público-alvo, que são agricultores familiares com recursos limitados e que corresponde ao perfil dos clientes das instituições financeiras operadoras das linhas de crédito oficial. Além disso, a burocracia para formalização das operações dificulta a efetivação do crédito. Então, se depara com um conflito entre os objetivos dos programas especiais, que é facilitar o acesso ao crédito, e a política de operação definida pelos agentes financeiros (BITTENCOURT, 2003).

Ainda sobre as dificuldades de efetivação do crédito, Mundo Neto e Souza Filho (2005, p. 96) argumentam que, no PRONAF, as instituições financeiras

[...] não podem alterar as taxas de juros de cada linha de crédito. Para compensar o elevado custo de transacionar com os agricultores e para se protegerem dos riscos relacionados às transações, os agentes financeiros cobram altas taxas para operacionalizar o crédito.

Deste modo, a facilidade objetivada no programa pode não ocorrer na prática. Para reforçar essa afirmativa, Mundo Neto e Souza Filho (2005) destacam que os agricultores familiares, em maioria, têm dificuldades para acessar o crédito, devido principalmente à desinformação a respeito dos principais programas de crédito destinados à agricultura familiar e a falta de agentes especializados para operacionalizar os contratos. Além disso, os bancos

operadores das linhas especiais de crédito, trabalham com a lógica de mercado, traçando o perfil de seus clientes e não com um público-alvo, característico de programas assistenciais.

2.3 Possíveis influências no ato de poupar

O ato de poupar, segundo Ferreira, Silva e Parente (2013), pode ser definido pela atitude de abster-se do prazer do consumo presente em função da futura possibilidade de consumo. Esse ato tem relação com o modo pelo qual os indivíduos lidam com a incerteza do futuro e a forma como agem para atingir seus objetivos. Com destaque no ato de poupar, Oliveira, Felipe e Silva (2017, p. 138) afirmam que poupança “é o recurso financeiro retido com o fim de proteger o agente contra eventos adversos ou garantir o poder de compra para aquisições futuras de maior valor”. Mesmo com essas vantagens, muitos não poupam ou utilizam erroneamente os valores existentes na poupança.

Verifica-se então, os diferentes comportamentos no ato de poupar. Nesse sentido, Ferreira, Silva e Parente (2013) ressaltam que o comportamento de poupar é complexo, porque abrange variáveis relacionadas às questões sócio econômicas (idade, educação e renda) e psicológicas (autocontrole, meta e visão de futuro). Abordando de modo mais específico as questões psicológicas, Ferreira, Silva e Parente (2013) afirmam que, no contexto de poupança, o autocontrole é compreendido como o esforço de resistir aos desejos de consumo presente, com o intuito de guardar tais recursos para uso futuro; a meta de poupar pode aumentar ou diminuir, dependendo dos objetivos dos consumidores e a visão de futuro, que significa a distância de um evento e que afeta as decisões dos indivíduos, pois estes tendem a visualizar melhor suas necessidades imediatas.

Quanto essa visão de futuro, os mais jovens são menos sensíveis à predisposição de poupar do que as pessoas de meia idade e idosas. Estas pessoas tendem a poupar “O raciocínio que se apoia nesse argumento reforça a ideia de que os mais jovens tendem a ter maiores dificuldade de se imaginar no futuro e por consequência poupem menos” (FERREIRA; SILVA; PARENTE, 2013, p.4). Ainda sobre tais influências, a teoria econômica clássica acredita na existência de vários fatores que influenciam no ato de poupar, ou seja, as pessoas são levadas a pensar não somente em fatores econômicos, mas tomam atitudes também por fatores externos (MENDES *et al.*, 2015). Sob a ótica da teoria keynesiana, a poupança se relaciona com diferentes variantes externos ao financeiro, como, por exemplo, a região demográfica em que o indivíduo vive, o sexo, o grau de instrução, atuação, o estado civil e a constituição familiar.

Segundo Otta (2020), em épocas de crise econômica, é comum que as pessoas optem por menos gastos, fazendo o que se chama de poupança de precaução. No contexto da crise causada pela pandemia do Covid-19, esse comportamento foi exacerbado em virtude das já mencionadas medidas de isolamento social. Ainda que não tenham optado por poupar mais, os indivíduos se viram impedidos de gastar.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é caracterizada como um estudo de caso, descritivo e quantitativo. De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é uma investigação empírica que tem por objetivos investigar um fenômeno contemporâneo no seu contexto real. O estudo de caso também consiste em uma estratégia de pesquisa que abrange a coleta de dados e a análise de dados. De modo geral, o estudo de caso é uma estratégia adequada à “[...] questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos [...]” (YIN, 2001, p.19).

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de determinado fenômeno ou população ou estabelecer relações entre variáveis. Pode-se tomar como exemplo de pesquisas descritivas aquelas que têm por finalidade estudar as características de um grupo (sua distribuição por idade, sexo, etc.) e “[...] aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis [...]” (GIL, 2008, p.28).

Por sua vez, a pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 69). Alguns dados numéricos pesquisados na prática foram idade, dependentes; quantos clientes possuem valor em poupança, limite vigente, nome inscrito no SERASA (Centralização de Serviços dos Bancos), entre outros. As características pessoais como escolaridade e estado civil também foram quantificados para análise.

A presente pesquisa teve como critérios metodológicos para a coleta de dados, a pesquisa documental, ou seja, de “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.55). O conteúdo desses materiais foi abordado para a uma posterior análise descritiva. Ao coletar os dados na instituição financeira pesquisada, foram contabilizados 90 produtores familiares do PRONAF, sendo essa a amostra considerada para o

estudo. Vale destacar que o número de clientes rurais é muito maior na instituição, sendo que, por não ser o público destinado para essa pesquisa, ele não foi mensurado.

Para a coleta de dados foram utilizados relatórios internos da agência bancária pesquisada, com autorização da gestão dessa agência e também a verificação no sistema no sistema SERASA e CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal). As principais informações coletadas foram: número de clientes rurais; idade; sexo; número de dependentes; estado civil; nível de instrução; área de atuação; existência de outras fontes de renda; comparativo de possíveis valores na poupança existentes no início da pandemia e atualmente; pedidos de crédito dentro do programa PRONAF e verificação do endividamento.

Os dados quanto à poupança foram analisados tomando como base de período um intervalo de março de 2020 a fevereiro de 2021, considerando o mês completo. Já em relação aos pedidos de crédito, para o período 2019/2020 foram utilizados os meses de março de 2019 até fevereiro de 2020, e para o período de 2020/2021 foram utilizados os meses de março de 2020 até fevereiro de 2021. Sempre usando o primeiro dia de março e o último dia de fevereiro.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este trabalho analisou diferentes variáveis, que serviram de parâmetro para enriquecer os argumentos das análises referentes aos impactos da pandemia na decisão de tomada de crédito por produtores rurais. Quanto à idade, os dados revelam que a idade média dos produtores rurais é de 49,37. Um total de 28 produtores se enquadra na faixa etária até 40 anos; 40 produtores estão na faixa etária de 41 anos até 60; e o restante, 22 produtores, apresentam idade igual ou superior a 61 anos.

Já em relação ao sexo, a grande maioria dos produtores são homens, num total de 86,7%. Estes são considerados os chefes da família, cuja média de dependentes é 1,78. Quanto ao estado civil, a proporção de produtores casados é de 62,22%, solteiros de 25,56%, divorciados de 8,89% e viúvos de 3,33%. União estável foi considerada como casamento para fins de análises. No que diz respeito ao nível de instrução, verifica-se que o maior percentual dos produtores, 46,67%, possui nível de instrução fundamental. Já 36,73% possuem ensino médio, enquanto que um menor percentual, de 16,6%, possui ensino superior.

Quanto à fonte de renda dos produtores, foi analisada a área de atuação dentro do setor rural e analisado se os clientes sujeitos dessa pesquisa possuem outra fonte de renda

complementar. A análise mostra que 12,22% dos produtores são agricultores, 4,44% são pecuaristas e 83,34% atuam nos dois setores, ou seja, são agropecuários. Além disso, uma porcentagem de 37,78% do total de produtores possui outra, ou outras, fontes de rendas, além da advinda da produção rural, sendo estas não especificadas nos documentos da instituição financeira.

Em relação aos dados econômicos atrelados à poupança, (vide Apêndice I) é apresentada a comparação do valor poupado em março de 2020 (quando os agricultores pesquisados tinham em média R\$15.632,08 em saldo de poupança) e em fevereiro de 2021 (quando esses agricultores tinham em média R\$10.195,14 em saldo de poupança), destacando a diferença entre esses meses e a variação percentual. Essa análise mostrou uma variação significativa entre os clientes. Os dados mostraram que houve uma redução de 34,78% na média do saldo em poupança dos produtores investigados nos períodos em análise, tal queda percentual já era algo esperado, visto que a poupança tem como um dos objetivos, citados por Oliveira et al. (2017), a proteção contra eventos adversos, como a atual pandemia e consequente crise econômica.

A redução pode ser explicada pelo fato da crise econômica enfrentada, visto que nesses períodos e emergências, os indivíduos tendem a gastar seus valores poupados, como mencionado por Lusardi (2012). Também corrobora a alteração na forma de poupar e gastar, citada por O'Neill e Xiao (2012), sendo que, ao invés de aplicar valores na caderneta de poupança, os sujeitos pesquisados nesse estudo precisaram retirá-los. Porém, alguns clientes avaliados conseguiram poupar, mesmo em época de crise, em concordância com o que mencionara Felipe *et al.* (2017), ao argumentar a existência da desigualdade quanto aos efeitos de uma crise econômica.

Analisando a variação do saldo de poupança levando em consideração o fator faixa etária, nota-se que houve redução de poupança nas três faixas etárias analisadas, sendo a maior, de 52,52%, no saldo de poupanças dos produtores que possuem idade superior a 60 anos, confirmando o que foi descrito por Ferreira, Silva e Parente (2013), quanto à faixa etária ser um fator que influencia no ato de poupar.

Associando os dados sobre a poupança com o sexo não foi constatado uma diferenciação grande nos resultados, o que pode ser justificado pelo baixo índice de mulheres presentes na amostra de sujeitos estudada. Também não houve variação quando considerava o meio familiar, como estado civil ou número de dependentes, e ramo de atuação sendo que nessa amostra não foi observado relevância desses fatores contradizendo a teoria keynesiana. Isso pode ser

justificado também pela amostra ser relativamente uniforme, com muitos clientes casados, com número de dependentes próximo de 2 e mais atuantes no ramo agropecuário. Já em relação ao grau de instrução, também na perspectiva do pensamento keynesiano, foi perceptível que os clientes de nível superior conseguiram poupar mais no período, confirmando a análise do autor. Dos 14 clientes que possuem tal capacitação, 8 conseguiram poupar mesmo nesse período de crise, sendo os que poupam representem 57,14% da amostra que constitui esse nível educacional.

Em relação ao crédito PRONAF, os dados revelam que, em 2019/2020, 81,1% dos clientes pronafianos pesquisados não fizeram operação de custeio, contra 18,9% dos que solicitaram o crédito. Os dados revelam também que no mesmo período 75,6% dos pronafianos não realizaram operação de investimento rural, contra 24,4% que as realizaram. Já no período de 2020/2021 os dados analisados sobre a mesma ótica, revelam que 53,33% por cento dos produtores fizeram operação de custeio rural e 27,8% fizeram operação de investimento rural.

Dessa forma, pode-se afirmar que houve um aumento na demanda pelo crédito rural e efetivação das operações de custeio¹ e investimento². Os dados revelaram um aumento de 182,35% no número de produtores que realizaram custeio e 13,63%, por causa da elevação no número de produtores que realizam operação de investimento. Esse aumento pode sinalizar maior preocupação dos agricultores familiares com os custos da produção, do que com sua competitividade (proporcionada pelas operações de investimento). Perante isso, é confirmado o argumento de Lemos; Alencar (2020) sobre a necessidade de intervenção estatal no mercado, destacando sua relevância em épocas de crise como a atual.

Na prática, constata-se com essas informações coletadas que PRONAF é realmente uma política de apoio, conforme dito por Araújo, Vieira Filho e Alencar (2020), Mundo Neto *et al.* (2005) e Breitenbach (2021), a pessoas que estão em um ambiente fragilizado pela crise devido a pandemia de Covid-19. Nesse período, tal política precisa ser intensificada por meio do aumento de recursos disponíveis a esses produtores. Em 2019/2020 foram liberados R\$

¹ Refere-se aos efetivos desembolsos realizados durante o ciclo da atividade financiada. São financiadas as despesas normais do ciclo produtivo das culturas, como insumos (sementes, mudas, fertilizantes, etc.) e operações (preparo do solo, plantio; aplicação de defensivos agrícolas, entre outras) e mão de obra para a realização das operações (CNA, 2018, p.6).

² Nas operações de crédito para investimentos, os recursos são destinados para a aquisição de bens relacionados com a atividade agropecuária e para inversões fixas (construção, reforma e ampliação de instalações e benfeitorias, obras de irrigação, açudagem e drenagem, etc.) e semifixas (aquisição de animais para cria, reprodução ou serviço, aquisição de tratores, colheitadeiras, implementos, etc.) na propriedade (CNA, 2018, p.8).

2.110.789,05 em crédito rural, destinados aos pronafianos pesquisados, contra um valor R\$ 4.999.641,15 de liberação para o mesmo grupo no período de 2020/2021. Portanto, em 2020/2021 houve um aumento de 136,86% em relação ao crédito liberado em 2019/2020.

Para analisar esses dados, foi preciso levar em consideração que para efetivação das operações os produtores não poderiam ter limites suspensos, sendo que entre a amostra pesquisada, 6 apresentam essa limitação devido às anotações no SERASA ou CADIN. Logo, pode-se observar um provável aumento nos valores de crédito liberados.

A análise do endividamento nos períodos de 2019/2020 e 2020/2021 demonstra que no primeiro período a soma do endividamento dos produtores analisados chegava em R\$ 4.748.248,17 uma média de R\$52.758,31 por produtor e no segundo período 2020/2021, a valor da soma do endividamento dos produtores é de R\$ 10.672.028,24, média de R\$ 118.578,09 por produtor. Constata-se um grande aumento no endividamento, em torno de 124,75% comparando o segundo período com o primeiro. Isso ratificou a análise feita por O'Neill e Xiao (2012), quanto às alterações de gastos em épocas de crises financeiras, como a atual, por exemplo.

Os incrementos nos valores liberados foram de grandes proporções comparando os dois períodos. Relacionando os acontecimentos com as circunstâncias trazidas pela crise financeira do Covid-19, relatada por Lemos e Alencar (2020), pode-se confirmar que os pedidos ocorreram devido a atual situação econômica no país. Em períodos normais essa demanda existiria, em níveis menores, porém a crise foi um fator crucial para aumento na demanda por crédito, elevando o endividamento dos produtores, os quais precisam custear seus gastos.

Com base nos resultados, tem-se a seguinte reflexão: o produtor diante da crise, teve que utilizar seus recursos reservados em poupança. Supõe-se que tal utilização seja pela elevação nos valores de insumos para a promoção de suas atividades. Com suas reservas esgotadas e com as possibilidades de crédito subsidiados, o produtor realizou operações de crédito, com a finalidade de obter recursos para a manutenção e sustento de suas atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor financeiro é constantemente explorado por profissionais que fazem parte do mercado financeiro. Traçar perfis econômicos, estudar fatores que influenciam na tomada de decisão financeira tem grande importância, principalmente no mundo dos negócios e rotinas

bancárias. As crises financeiras, como relatadas no decorrer deste estudo, têm grande influência nas tomadas de decisões, além de estimular novas investigações no mercado financeiro.

Nessa ótica, este trabalho analisou dados referentes aos produtores rurais do PRONAF de uma agência bancária do interior de MG, com a intenção de relacionar as tomadas de decisão quanto ao crédito rural em diferentes períodos, sendo que foi englobado o primeiro ano da crise do Covid-19. Também foi pesquisado sobre o nível de poupança dos produtores, com ênfase nos valores que os sujeitos da pesquisa possuem na poupança antes e depois da pandemia.

Destaca-se que a pesquisa foi focada em um público diferente e não muito estudado nos aspectos relacionados a programas de apoio. Existe também uma crise sanitária de consequências financeiras introduzida no cenário, sendo a causa diferente de outras crises já ocorridas. Logo as literaturas serviram de apoio neste ambiente novo e ainda pouco investigado, visto que há estudos sobre poupanças, PRONAF e comportamentos das pessoas em relação à vida financeira, mas poucos relacionando a atual crise com as decisões de tomadas de crédito rural.

Os resultados mostram que este grupo analisado sofreu algumas consequências nesse período observado como: diminuição de suas poupanças; aumento nos números e valores de operações contratadas e conseqüentemente aumento de seus endividamentos. Isso era esperado tomando como base o momento de crise estudado, além de literaturas e estudos publicados sobre o tema. A utilização da renda poupada foi maior nos clientes acima de 60 anos. Esse fato pode ser explicado pelo fato que, as pessoas idosas, como foi visto, possuem maior visão de futuro que os adultos jovens e, assim têm maior predisposição de poupar.

Os resultados desta pesquisa trazem uma nova proposta de área de estudo e investigações, tanto para acadêmicos quanto para profissionais da área de finanças. Em suma, este trabalho contribuiu para o conhecimento no assunto, respondendo ao problema de pesquisa proposto e atingindo os objetivos estipulados. Como recomendação de continuidade desse estudo, destaca-se a pesquisa em outras cidades da mesma região, buscando verificar se o nicho de produtores age da mesma maneira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; ALENCAR, M. O. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. especial 2, p. 2009-2034, 2020.

AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, set./dez. 2011.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: O financiamento da agricultura familiar no Brasil.** 2003. 243 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - UNICAMP, Campinas, 2003.

BRASIL. **Agricultura familiar.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BREITENBACH, R. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar. **Desafio Online**, v. 9, n. 1, p. 188-211, jan./abr. 2021.

CABO, P.; REBELO, J. **O papel das instituições de crédito em tempos de crise: As cooperativas de crédito agrícola e caixas econômicas como agentes impulsionadores do desenvolvimento econômico e social.** 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/> Acesso em: 04 mar. 2021.

CARVALHO, T. **O que é crise econômica?** 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-economica-o-que-e/>. Acesso em: 29 abr.2021.

CNA. Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil. **Guia do Crédito Rural**, 2018. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/bibliotecas/guia_do_credito_rural_versaoonline.pdf. Acesso em: 02 mai.2021.

DOMINGUES, R. **Estudo sobre as principais causas das maiores crises econômicas no Brasil e no Mundo**, 2020. Disponível em: https://axxus.institute/site/arquivo/2020_07_Axxus_Estudo_Crises_Economicas_5_Causas.pdf f. Acesso em: 29 abr.2021.

DWECK, E. *et al.* **Impactos macroeconômicos e setoriais da covid-19 no Brasil:** Nota técnica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

FELIPE, I. J. S, *et al.* Efeito de crise econômica sobre escolhas de ativos para investimentos pessoais. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 21, edição especial, p. 84-109, abr. 2017.

FERREIRA, M.; SILVA, A.; PARENTE, J.G. Aspectos comportamentais nos hábitos de poupar em adultos jovens: uma comparação entre alta e baixa renda. **Anais do XVI SemeAd Seminários em Administração**, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309593356_Aspectos_Comportamentais_no_Habito_de_Poupar_em_Adultos_Jovens_uma_Comparacao_Entre_Alta_e_Baixa_Renda/link/584b1c1408ae4bc8992ab0b8/download. Acesso em: 01 mai.2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 24 fev. 2021.

KRETER, A. C.; SOUZA JUNIOR, J. R. C. **Carta de Conjuntura: Economia Agrícola**. Brasília: IPEA, 2020.

LEMOS, N. G.; ALENCAR, D. As crises de 2008 e Covid-19: uma análise comparativa a partir da teoria pós-keynesiana, **A economia em revista**, v. 28, n. 2, p. 105-116, mai./ago. 2020.

LUSARDI, A. Numeracy, financial literacy, and financial decision-making, **Numeracy**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2012.

LYRA, D.M.; COSTA, R.F.R. A crise econômica atual e o mundo do trabalho. **Economia e Desenvolvimento**, Recife - PE, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/download/4874/3678/>. Acesso em: 29 abr.2021.

MATTEI, L. **A crise econômica decorrente do covid-19 e as ações da equipe econômica do governo atual**. Florianópolis: UFSC, 2020.

MENDES, C. M. *et al.* **Introdução à economia**. Brasília: UFSC, 2015.

MONTAÑO, C; DURIGHETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MUNDO NETO, M.; SOUZA FILHO, H. M. Problemas do crédito rural sob a ótica da nova economia institucional. **Ciências gerenciais**, v. 9, n. 11, p. 92-99, 2005.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política**. Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, O. A. G. C.; FELIPE, I. J. S.; SILVA, W. M. da. Impacto de crise sobre o comportamento de poupança de famílias americanas. **Innovar**, v. 27, n. 66, p. 137-151, out./dez. 2017.

O'NEILL, B.; XIAO, J. J. Financial behaviors before and after the financial crisis: evidence from an online survey. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 23, n. 1, p. 33-46, 2012.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Folha informativa sobre Covid-19**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 30 abr.2021.

OTTA, L.A. Poupança das famílias dispara com crise da covid. **Valor Econômico**, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/10/10/poupanca-das-familias-dispara-com-crise-da-covid.ghtml>. Acesso em: 01 mai.2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, C. D. E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

REIS, T. **Crise econômica**. O que é e como se proteger dos seus efeitos? 2019. Disponível em: <https://www.sunoo.com.br/artigos/crise-economica-oportunidade-ou-ameaca/>. Acesso em: 29 abr.2021.

SILVA, M.L.; SILVA, R.A. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do Covid-19: impactos e reflexões**, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

STEFANI, M. A. **Finanças comportamentais num cenário de pandemia: uma análise documental**. 2021. 44 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) - USP, Osasco, 2021.

YIN, R. K. **Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

**As opiniões e discussões tratadas neste trabalho refletem apenas a visão da autora. Ademais, a autorização da organização para a coleta de dados foi em nível pessoal, ou seja, apenas a autora lidou com essas informações.*

APÊNDICE

Apêndice I - Detalhamento sobre poupança dos clientes analisados

Produtor	Valor da poupança em 03/2020	Valor da poupança em 02/2021	Diferença da poupança	Variação da poupança (%)
1	600	1402,22	802,22	133,7
2	3662,26	3818,4	156,14	4,26
3	89687	369,5	-89317,5	0
4	22,01	42,19	20,18	91,69
5	3776,43	601,05	-3175,38	-84,08
6	1007,5	303,04	-704,46	-69,92
7	161070	406,75	-160663,25	-99,75
8	23	210,75	187,75	816,3
9	72	7598,78	7526,78	10453,86
10	2	3089,87	3087,87	154393,5
11	13340,37	2698,6	-10641,77	-79,77
12	7849,47	424,78	-7424,69	-94,59
13	1542,99	0	-1542,99	-100
14	15	1584,14	1569,14	10460,93
15	46153,22	125950,19	79796,97	172,9
16	69695,8	1369,55	-68326,25	-98,03
17	81149,97	18757,54	-62392,43	-76,89
18	8974,09	12453,75	3479,66	38,77
19	2042,19	23110,57	21068,38	1031,66
20	2996,68	1070,65	-1926,03	-64,27
21	70	0,01	-69,99	-99,99
22	16,87	1759,47	1742,6	10329,58
23	387,15	15468,92	15081,77	3895,59
24	116,13	162,09	45,96	39,58
25	72,95	7538,71	7465,76	10234,08
26	6837,29	1464,65	-5372,64	-78,58

27	0	4824,27	4823,27	482327
28	28439,64	188,81	-28250,83	-99,34
29	56088,94	853,16	-55235,78	-98,48
30	17403,08	4662	-12741,08	-73,21
31	10047,26	19084,2	9036,94	89,94
32	4234,52	26515,58	22281,06	526,18
33	14524,16	35269,05	20744,89	142,83
34	3,82	93,4	89,58	2345,03
35	59,32	0	-59,32	-100
36	105,83	0	-105,83	-100
37	12931,31	2124,47	-10806,84	-83,57
38	23312,9	33894,28	10581,38	45,39
39	1312,18	424,27	-887,91	-67,67
40	1224,29	69,03	-1155,26	-94,36
41	6764,1	14477,28	7713,18	114,03
42	18268,3	17855,17	-413,13	-2,26
43	8386,15	2050,3	-6335,85	-75,55
44	212,97	1453,99	1241,02	582,72
45	0	0	0	0
46	14,35	3474,29	3459,94	24111,08
47	81180,11	58075,66	-23104,45	-28,46
48	89745,98	449,82	-89296,16	-99,5
49	0	59,32	58,32	5832
50	13697,68	11187,34	-2510,34	-18,33
51	676,88	3411,61	2734,73	404,02
52	0	13905,43	13904,43	1390443
53	21	0	-21	-100
54	0	19,02	18,02	1802
55	8288,96	5528,75	-2760,21	-33,3
56	2032,54	80,96	-1951,58	-96,02
57	3698,5	771,3	-2927,2	-79,15

58	7891,04	3035,41	-4855,63	-61,53
59	23239,59	2962,47	-20277,12	-87,25
60	28396,97	8098,19	-20298,78	-71,48
61	0	36,48	35,48	3548
62	6926,86	2603,66	-4323,2	-62,41
63	0	105,09	104,09	10409
64	1973	1040,03	-932,97	-47,29
65	0	0	0	0
66	0	4233,76	4232,76	423276
67	1214,69	8851,09	7636,4	628,67
68	921,34	42,36	-878,98	-95,4
69	39881,82	0	-39881,82	-100
70	39759,54	52601,72	12842,18	32,3
71	3269,9	3500	230,1	7,04
72	56000	43526,3	-12473,7	-22,27
73	1569,9	25,63	-1544,27	-98,37
74	0	36,89	35,89	3589
75	41236,2	33369,6	-7866,6	-19,08
76	29869,6	36521,87	6652,27	22,27
77	0	0	0	0
78	2569,3	2006,35	-562,95	-21,91
79	0	0	0	0
80	14000	11580	-2420	-17,29
81	50000	69004,6	19004,6	38,01
82	38970	27698,12	-11271,88	-28,92
83	15987,6	458,9	-15528,7	0
84	0	1563	1563	156300
85	3662,26	5896,6	2234,34	61,01
86	0	25,98	25,98	2598
87	13698	85639	71941	525,19
88	2569	3698	1129	43,95

89	75841,89	1452,87	-74389,02	-98,08
90	3568	15489	11921	334,11
Total	1406887,64	917562,9	-489324,74	-34,78
